

Percurso da estabilidade

Aproximação do terceiro aniversário do Plano Real, que se completa no final do mês, estimula análises sobre os êxitos e eventuais dificuldades surgidos desde sua implantação. Qualquer avaliação, porém, mostra resultados amplamente favoráveis às mudanças introduzidas na economia e na vida do País. Três anos depois, constata-se um Brasil virtualmente transformado. A disparada inflacionária cedeu lugar a uma estabilidade que há décadas não se constatava no País. A economia cresceu com saúde, transferindo renda principalmente para as parcelas menos favorecidas da população. E constatou-se a retomada dos investimentos.

Conforme mostrou ontem o ministro da Fazenda, Pedro Malan, em debate promovido pela Federação do Comércio do Distrito Federal, a

escalada da inflação que precedeu o real virtualmente impossibilitou, durante muito tempo, o planejamento da atividade econômica, desestimulando os investimentos internos e externos. Como consequência, passou a estrangular o mercado de trabalho e a expansão da renda. Mais que tudo, penalizava os assalariados, tornando caótica a vida especialmente das camadas da população com rendimentos na escala de um a três salários mínimos - justamente a categoria mais beneficiada pelo real.

Em Brasília, a avaliação das mudanças introduzidas pelo programa de estabilização ganha um caráter especial. Justamente para discutir essa realidade, a Federação do Comércio do Distrito Federal promoveu ontem esse encontro com o ministro Pedro Malan, da Fazenda. A entidade

mostrou-lhe dados de pesquisa que apontam o desemprego no geral e a perda de renda do funcionalismo público, no particular, como principais preocupações da população. Esses problemas, segundo a Federação, afetam setores como o comércio e a indústria, agravando os problemas locais. Seus dirigentes reclamaram benefícios fiscais para o Distrito Federal, dependente que é de produtos oriundos de outras unidades da Federação. Os investimentos na construção civil foram indicados pelo ministro como encaminhamento, a curto prazo, da questão do emprego. Já a expansão da receita fiscal, segundo ele, depende de ampla reforma tributária que o Governo defende no Congresso Nacional e que deve ser retirada do esquecimento, imprescindível que é para que Brasília apresse sua volta a uma vida econômica normal.